

Poder Popular



NA LUTA A RESPOSTA

EDITORIAL



A situação política actual, que se prolongará até ao termo da primeira sessão legislativa, agora prolongada até finais de Julho, é caracterizada pela importância de primeiro plano que a Assembleia da República parece ganhar na vida política do nosso País.

No quadro da democracia burguesa limitada que vigora no nosso País, o parlamento burguês — a Assembleia da República — tem um papel cuja importância, para além de depender da acção de outros órgãos do poder político como o Conselho da Revolução e o Presidente da República, oscila com a correlação de forças interna e com o grau das imposições imperialistas.

O caso do Plano para 1977 que, promovido a grande questão parlamentar com transmissões directas da Assembleia da República e solenes declarações de voto, se encontra hoje a apodrecer nas gavetas dos ministérios completamente ultrapassado e posto em causa pelas medidas que o Governo do dr. Soares foi forçado a tomar por imposição directa dos governos imperialistas, com particular destaque para o governo do seu amigo Carter e para as instituições financeiras por ele controladas como o FMI e o Banco Mundial, é bem um exemplo de como a Assembleia da República, mesmo quando parece ser o órgão máximo de decisão, não passa de uma cortina de fumo atrás da qual se escondem as verdadeiras alavancas do poder político.

Está agora anunciada a discussão e aprovação de leis de grande importância que podemos agrupar do seguinte modo:

1. Ofensiva legal da recuperação capitalista (indenizações, bases gerais da Reforma Agrária).
2. Liberdades político-sindical e intervenção dos trabalhadores no controle da economia (greve, associações sindicais, controle de gestão e empresas em autogestão).
3. Organização do Estado burguês (tribunais, autarquias locais e regiões autónomas).

4. Intervenção do Estado na economia (plano de médio prazo e revisão do orçamento).

Temos assim que em catadupa se vão discutir e aprovar leis que apresentam uma grande importância, quer para as forças burguesas empenhadas com o apoio do imperialismo em fazer avançar a recuperação capitalista, quer para as forças populares empenhadas em erguer a Resistência Popular Activa a essa política e a essas medidas.

O intervencionismo crescente de raiz autoritária do Presidente da República, por um lado, e a arrogância das forças da direita reacçãoária e fascista — CDS e PPD/PSD — por outro lado, não são alheios à importância desta parte final da primeira sessão legislativa.

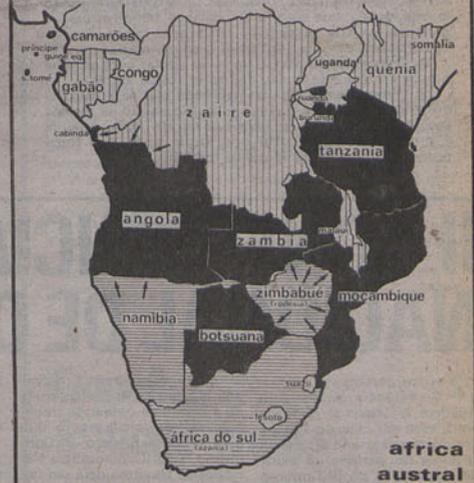
A agitação, pelas forças reacçãoárias, da necessidade de um governo de direita, a arrogância do PPD e do CDS no combate ao governo do PS, têm intuitos cada vez mais claros, que a própria «convergência» da direita se encarrega de esclarecer: forçar o PS a novas e mais profundas cedências aos interesses do grande capital e à política e objectivos da direita civil e militar.

Continua na pág. 2

Conferência contra o "apartheid"

A Conferência Mundial contra o Apartheid, o racismo e o colonialismo que recentemente decorreu em Lisboa, representa um passo em frente na luta pela libertação dos povos da África Austral. A ela nos referimos mais detalhadamente nas centrais..

Aqui publicamos um mapa inédito sobre a situação política em África.



- países em luta armada contra a dominação colonial
- países progressistas da linha da frente
- outros países submetidos ao imperialismo
- ataques contra os países da linha da frente

ANGOLA

Reforçado o não-alinhamento (centrais)

22 DE JUNHO

Mobilização popular, uma arma! (pág. 6)

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS

(pág. 2)

editorial

Continuação da pág. 1

Com efeito, os argumentos utilizados em toda esta manobra de pressão estão à altura da importância das leis a aprovar e tem pouco que ver com a oratória parlamentar atrás da qual se escondem. Basta ver, por exemplo, o papel desempenhado pelas forças separatistas açorianas na actual crise política e saber que a FLA é apenas uma parte duma manobra mais vasta e com apoios e figuras bem mais importantes que passam pelo Governo Regional e pelo partido do Governo Regional, o PPD/PSD.

Completar o ataque às nacionalizações e à Reforma Agrária, dividir e enfraquecer o Movimento Operário, e em particular o Movimento Sindical Unitário, organizar em bases sólidas o Estado burguês e colocar a força económica do Estado ao serviço da acumulação privada de capital são os objectivos de todas as forças burguesas. Objectivos que, no entanto, são vistos debaixo de orientações táticas e projectos políticos contraditórios que conduzem a violentas disputas em torno das questões centrais. Contradições tanto mais evidentes quanto a política de recuperação capitalista e de submissão ao imperialismo do falso governo socialista do dr. Soares mais não serviu do que para dar força às posições burguesas mais reacionárias e agressivas.

A escalada parlamentar da convergência direitista é, deste modo, igualmente um primeiro e claro sintoma de real convergência e unidade tática das forças burguesas mais reacionárias, convergência e unidade que tentam encontrar na referência ao autoritarismo presidencialista e na ingerência imperialista a sua credibilidade, ao mesmo tempo que visam provocar o isolamento parlamentar, social e político do PS como condição para a criação dum governo de direita.

Para o campo popular, para o Movimento Operário e para as forças revolucionárias este é um momento de particular importância. A Resistência Popular Activa ao autoritarismo burguês, à recuperação capitalista e à ingerência imperialista exige uma clara e firme posição em relação à Assembleia da República e à questão do governo: **nem a Assembleia da República é o terreno fundamental de luta nem existe de momento alternativa popular ao governo do dr. Soares.**

A única política revolucionária, na actual situação política, é a que dando combate às manobras da direita reacionária fascista, adopta uma posição de luta e não de conciliação face às medidas anti-operárias do falso governo socialista e resiste nas várias frentes defendendo o essencial das conquistas populares. Esta acção revolucionária que aponta às massas trabalhadoras o caminho da luta organizada, mas sem hesitações ou conciliações, assenta em 3 eixos fundamentais:

1. O movimento popular tem de contar com as suas próprias forças e caminhar de forma independente.
2. O movimento popular não pode cair na armadilha do pacto social e só o conseguirá recusando as ilusões parlamentaristas que o revisionismo do PCP alimenta e organizando-se a partir dos locais onde tem força para lutar e vencer: os locais de trabalho.

A agitação, pelas forças reacionárias, da necessidade de um Governo de direita, a arrogância do PPD e do CDS no combate ao Governo do PS, têm intuitos cada vez mais claros, que a própria «convergência» da direita se encarrega de esclarecer: **forçar o PS a novas e mais profundas cedências aos interesses do grande capital e à política e objectivos da direita civil e militar.**

A única política revolucionária, na actual situação política, é a que dando combate às manobras da direita reacionária fascista, adopta uma posição de luta e não de conciliação face às medidas antioperárias do falso governo socialista e resiste nas várias frentes defendendo o essencial das conquistas populares.

3. Sem unificação das lutas parciais pelo mesmo objectivo, sem uma sólida unidade política contra a ofensiva burguesa e imperialista, o Movimento Popular não conseguirá resistir e, pacientemente, acumular forças para forjar e impôr a sua própria alternativa.

A actual situação política torna cada vez mais claras as diferenças enormes que separam a política dos reformistas e revisionistas da política dos revolucionários. Agitando o perigo fascista e os efeitos da política de recuperação capitalista, o PCP desarma sistematicamente o Movimento Popular empurrando-o para becos sem saída onde a luta não pode avançar e a derrota é certa, seja a Assembleia da República (caso dos funcionários públicos e das empresas em autogestão, entre outros), sejam os corredores dos ministérios (casos das portarias) ou sejam as negociações do Pacto Social (caso dos encontros Soares e Gonalves com o Secretariado da CGTP-INT). A conciliação com a social-democracia e a aceitação da crise económica dum ponto de vista que não vai além da tentativa de garantir uma certa estabilidade no quadro do capitalismo através do reforço do sector capitalista do Estado (fantasiosa mente chamado de não-capitalista ao lado daquelas unidades e sectores em que de forma precária os trabalhadores asseguram a gestão) eis os objectivos e as verdadeiras «soluções» do PCP.

O caminho dos revolucionários é outro, é o caminho da resistência sem radicalismos que subitem a sua duração e dificuldades ou desprezem a necessidade da construção dos verdadeiros instrumentos necessários à conquista duma direcção revolucionária para o movimento de massas. Neste caminho a crise económica não é factor a forçar o abandono das reivindicações em favor do terreno da colaboração da recuperação do capitalismo e da aceitação do Pacto Social, mas sim a levar em conta na definição das próprias reivindicações e na escolha das formas de luta.

A defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações, a defesa da unidade do Movimento Sindical e das Comissões de Trabalhadores, a defesa das reivindicações populares contra a austeridade capitalista, exigem uma firme resposta popular que oponha às manobras das forças burguesas a força da sua organização e mobilização. Só com a luta a ofensiva legal da recuperação capitalista pode ser limitada e combatida. Só com uma firme acção e iniciativa dos revolucionários no movimento de massas a Resistência Popular Activa pode avançar. E criar condições para que o desenvolvimento da tática dos revolucionários permita erguer, sólida e pacientemente, a alternativa popular para a crise do capitalismo em Portugal.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS

O nosso partido vai realizar a II Conferência Nacional de Quadros. A I havia-se realizado em Lisboa no mês de Dezembro do passado ano e com ela abriu-se um período de aprofundada preparação do III Congresso do MES a ter lugar ainda este ano.

Passados 6 meses sobre a I Conferência, estando portanto todo o partido a meio caminho da realização do seu III Congresso, entendeu o Comité Central convocar uma II Conferência, agora a ter lugar na cidade do Porto, para os primeiros dias do próximo mês de Julho.

Nesta Conferência participarão algumas centenas de quadros representando todas as estruturas do partido, do continente, das ilhas e dos núcleos da emigração.

Neste momento decorre o importante período de reunião de todas as estruturas do partido, para indicação dos seus delegados, segundo a composição definida pela 10.ª reunião do Comité Central, e para elaboração das suas teses, as quais serão do conhecimento antecipado de todas as estruturas e delegados.

Contando com a participação dos quadros que suportam nas várias frentes de luta

e nas várias regiões as responsabilidades da acção do partido e com uma ordem de trabalhos muito semelhante à que está proposta para o III Congresso, esta II Conferência Nacional de Quadros será um importante momento de reforço interno de todo o partido, bem como de aprofundamento e clarificação da nossa linha política e da nossa acção revolucionária no seio do movimento e da luta das massas trabalhadoras.

Os trabalhos serão divididos em duas partes, sendo a 1.ª dedicada ao trabalho por secções e a 2.ª a um plenário de apresentação e debate das conclusões apresentadas pelas diferentes secções.

A 1.ª secção será dedicada aos aspectos de organização e preparação do III Congresso com toda a gama de problemas que isso envolve:

- Situação actual do MES e objectivos a dar ao Congresso para levar por diante o nosso processo de transformação (concretamente qual o papel do MES na luta imediata pelo Partido Revolucionário da Classe Operária).
- Processo de discussão e preparação do III Congresso.
- Ordem de trabalhos, grau e formas de abertura do Con-

gresso.

A 2.ª secção debruçar-se-á sobre o relatório preliminar crítico e autocrítico a apresentar pelo Comité Central, debruçando-se a Conferência sobre o modo de funcionamento das diferentes estruturas de direcção nos seus diferentes escalões.

A 3.ª secção reflectirá sobre a nossa tática, tendo em conta:

- A definição da actual fase da luta de classes em Portugal.
- A resistência popular activa e as várias frentes de luta.
- A questão do Poder e o objectivo tático central da luta por um Governo de independência nacional.

Por fim, na 4.ª secção que tratará da importante questão das alianças, os delegados discutirão:

- As alianças sociais a prosseguir na actual fase de luta, sua hierarquia e instrumentos necessários.
- A nossa política de unidade na fase actual da luta e da vida do nosso partido.
- Alianças sectoriais e acordos pontuais necessários ao desenvolvimento da nossa tática.
- O empenhamento de todo o partido será pois decisivo para o bom êxito de mais esta im-

portante realização.

No próximo número do «Poder Popular» dedicaremos largos espaços às conclusões da II Conferência Nacional de Quadros.

II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES

Realizou-se no passado fim-de-semana de 18 e 19 de Junho a II.ª Conferência Nacional dos Estudantes do MES. Tendo decorrido no ISE, escola de grandes tradições de luta e de implantação do nosso partido, a Conferência era composta por cerca de 80 delegados de praticamente todos os distritos do País, camaradas destacados nos mais diversos congressos de luta, membros de estruturas democráticas, dirigentes associativos das principais escolas das 3 Aca-



mias e de muitas escolas dos Magistérios e do Secundário.

Os dois dias de intenso e participado trabalho foram divididos entre a preparação do nosso III.º Congresso e tática para a luta estudantil.

No que respeita a este último ponto, definiu-se que, nesta fase de Resistência Popular Activa, o objectivo tático central porque lutam e trabalham os estudantes comunistas do MES é a - Unidade, organização e luta - contra a reconversão capitalista das escolas.

Para isso a Conferência definiu um PROGRAMA IMEDIATO baseado por um lado no reforço das nossas células e estruturas nas escolas e, por outro, num grande empenhamento na nossa intervenção de massa, sintetizada nas palavras de ordem: NA OPOSIÇÃO AO PROJECTO DE CARDIA - REFORÇAR O TRABALHO ASSOCIATIVO E LANÇAR UMA PROFUNDA INTERVENÇÃO CULTURAL - IDEOLÓGICA DE BASE E DE MASSAS.

SOARES NA TV

Maltratado pela direita

Soares sorri aos trabalhadores...

Soares não precisou de ir à bruxa para ver o futuro triste que o seu partido prepara.

É a paga de quem se dedica a se meiar em quintal alheio. De facto quando um partido com um programa e um nome «socialistas» desempenha o papel que o partido de Soares tem desempenhado desde o 25 de Abril e, particularmente, desde que é Governo, não pode aspirar a colher mais do que... um pontapé no rabo.

AS DESGRAÇAS SÃO DE QUEM AS ARRANJA

Depois de tantos favores feitos à direita, Soares descobriu agora que afinal é tudo um bando de mal agradecidos, e choraminga na TV: «as pessoas tem a memória curta. Alguns daqueles que mais angustiados estavam no Verão quando de 75, uns fugiram para o estrangeiro, outros que não fugiram mas estavam silenciosos e apagados, pois retomaram a voz e a sua repressão e são agora dos que mais reclamam e protestam».

Vejamos as sucessivas desgraças que se têm abitado sobre estes «socialistas não praticantes».

— A «Europa» connoce-nos mais se desce com o sim à adesão à CEE, mas isso é o menos face a problema, nem mais «angustiante»: O em préstimo Os Americanos embora façam sucessivas exigências (prontamente cumpridas, aliás pelo Governo PSI) não manda nem um dólar, e o tao talado «grande empréstimo», não há binóculo que o aviste.

— Internamente, PPD e CDS agora em convergência, também se mostram já insatisfeitos com o namoro ao PS e querem mais: impacientemente exigem casamento e comunhão de bens: ou o PS partilha com eles o Governo ou acabaram-se as «marmeladas». Realmente, se é a política deles que se aplica, porque não

hão-de-se-les a aplicá-la?

— E Eanes, que além de ter sido o candidato apoiado pelo PPD e CDS, também o foi pelo PS, também ele faz ameaças a Soares e a cena com a necessidade de «aproximações» entre os partidos.

Soares não percebe como isto lhe aconteceu. Logo agora num momento em que ele afirma exuberantemente na TV: «Reforçou-se a autoridade do Estado. O Estado hoje existe em Portugal».

Como poderia Soares perceber que está aqui, precisamente a razão de ser da arrogância da direita? Se a autoridade que se reforçou é o autoritarismo burguês; se o Estado que se reconstituiu é o dos capitalistas; se eles já têm força para abertamente dizerem e fazerem o que querem; porque é que há-de haver um Governo «socialista»? É precisamente por estas razões (de que Soares tanto se orgulha) que a direita entende que chegou para o Governo PS a hora... do pontapé no rabo!

APRENDIZ DE FEITICEIRO

— Mas como se todas estas desgraças não bastassem, o descalabro atinge a própria «casa» dos «socialistas».

A política do Governo levou a divisão e desaleto no partido.

As bases, os sectores do trabalho e um número crescente de dirigentes manifestam o seu descontento.

Há saídas, há expulsões. São frequentes os choques entre o Governo, e os militantes do PS sindicais, estudantes etc. E hoje são já mais de uma dezena os deputados do PS que se preparam para votar contra as propostas do Governo.

A Fraternidade Operária, se não é uma cisão, é uma afirmação do mal estar que reina no PS; é a prática dos que tendo perdido toda a confiança



no PS, não se sentem porém com capacidade para lhe fazerem uma alternativa.

— E os ministros PPD do Governo PS têm feito um belo trabalho:

— CARDIA conseguiu pulverizar as posições (fortes!) do PS nos sectores dos professores e estudantes.

— GONELHA conseguiu reduzir drasticamente o que restava ao PS de apoio no mundo do trabalho. A sua brilhante estratégia sindical permitiu em 15 dias o que estava de direcções sindicais PS. Hoje a mirífica Carta Aberta, para além de nada significar como corrente sindical é crescentemente dominada pelo PPD.

Podemos concluir que o exercício do poder «gastou» o PS.

— Aconteceu-lhe como àquele aprendiz de feiticeiro que por pegar ao contrário na varinha mágica, quando quis transformar os meninos em porcos, foi ele que se encontrou a chafurdar num chiqueiro.

SOARES SORRI

— Com os amigos capitalistas a faltarem-lhe e o partido a esfrangalhar-se, Soares sente que tem de fazer alguma coisa. Muda de tom e tenta fazer «charme».

— As entrevistas com a CGTP-Intersindical, e o tom cor-

dial e acenando com vagas promessas, são um sintoma. O longo monólogo a três na TV, antecedido de entrevista ao «Diário de Notícias» são o prato forte desta nova imagem.

— Desta vez Soares quase se esqueceu de atacar os trabalhadores. E a imagem que traçou da situação foi tão optimista quanto possível: garantiu que a situação está a melhorar, citou números e estatísticas. Num momento em que os trabalhadores sentem dolorosamente o preço da política capitalista do Governo, Soares referiu-se-lhe de relance, como se de problema de pequena importância se tratasse: «não nego que exista uma crise em Portugal. Três tópicos podem sintetizá-la: o défice da balança de pagamentos, a inflação e o desemprego». Como se vê este quadro não justifica grande optimismo mas Soares pretende fazer crer que tudo são facilidades. No mesmo tom des preocupado proseguiu: «a crise? como resolvê-la? — pelo trabalho, pelo aumento da produtividade».

— Como se vê, Soares continua a pretender fazer com que sejam os trabalhadores a pagar a crise. Só que agora, em vez de ameaças, sorriu. A ver se alguém lhe dá a mão.

— Mas depois de tudo o que tem feito, quem vai nisso?

BREVE

O PSF

e a traição de Soares

«Nem falhar como no Chile, nem trair como em Portugal», este o mote da intervenção no Congresso do PS Francês da sua ala esquerda, agrupada no CERES e liderada por J. P. Chevènement, que conta com cerca de 25 por cento do Partido.

Estavam presente pelo PS Alegre e Reis que, «tristes e indignados» saíram da sala para voltaram a entrar pouco depois.

Pelos vistos a natureza do PS Português já não é segredo.

Simplesmente não basta criticar (mesmo quando se a oerta, o que é o caso). Há que ser coerente com as críticas.

Na intervenção final Mitterrand, secretário-geral do PS de lá (a que Chevènement e seus amigos pertencem) reafirmou, em seu nome e da posição maioritária do partido, a admiração e apoio a Soares. E essa tendência maioritária até aproveitou a sua força numérica para acabar com o direito de tendência...

Como se vê, nada garante que o PS de lá não traía como o de cá...

A ala esquerda deste PSF está a tempo de aprender com a experiência (triste) dos seus homólogos portugueses.

Tentar puxar para a esquerda partidos conciliadores (quando não traidores) ou mesmo construir outros partidos socialistas um bocadinho mais à esquerda é prática que não leva a lado nenhum.

A luta de classes e a defesa dos interesses dos trabalhadores não se compadecem com ambiguidades e hesitações.

Lá como cá é tempo para os que se reclamam do socialismo o demonstrarem por actos!

Eanes confessa-se

10 de Junho, dia de Camões e também durante muitos anos dia da consagração dos tristes heróis coloniais, voltou a ser comemorado, diz-se que com novo significado.

Presidentes, ministros, deputados, cantores e muita chuva não faltaram ao encontro.

Depois do triste (e reacção) discurso que fez por altura do 25 de Abril, a nova charla do Presidente Eanes era aguardada com expectativa.

Foi um discurso diferente do que terá por certo agradado ao Soares e desanimado bastante a convergência reacção (que tanto se reclamava precisamente, das palavras do Presidente).

A resposta às recentes manobras do PPD e CDS: «não seria legítimo que a querela partidária e ideológica pudesse ameaçar a realização das tarefas colectivas (...).»

— Mas Eanes não disse só isto. Talvez empolgado com o tom do 10 de Junho de antes de 25 de Abril, brindou-nos com este brilhante naco de oratória:

«(...) É necessário que esse universalismo se reafirme, mesmo que os arautos do progressismo internacionalista entendam que dizer isto é ser-se reacção. Se ser reacção é ser português, então paciência. Que os sejamos! Oh, sr. Presidente, francamente! — essas coisas não se confessam».

Gonelha, à moda antiga

— Em véspera de manifestação, Gonelha foi à TV para dizer que não há razões... para manifestações; que são tudo manobras totalitárias!

— E pôs a Intersindical de castigo. Não há mais diálogos enquanto não se portarem bem!

— Métodos do tempo da outra senhora que ressurgem? Gonelha não está lá para outra coisa!

— Mas é também sinal de fraqueza, esta aflição, estas ameaças...

— A melhor resposta, a única resposta que os trabalhadores devem dar: a unidade e firmeza, na rua!

— Diga Gonelha o que disser.

ISE e ISCTE vencem as listas apoiadas pelo MES

— Confirmando a justeza dum trabalho revolucionário que já ganhou raízes, venceram as recentes eleições - associativas no ISE e no ISCTE as listas apoiadas pelo MES.

— Se no ISE, com as suas longas tradições de luta, a vitória da lista B era abertamente esperada, tendo a social-democracia (apoiada por toda a direita) perdido grande parte da sua base de apoio e a UEC aparecido como uma força de

conciliação e pactuação com Cardia, já no ISCTE a derrota do PPD foi extremamente importante para o reforço do trabalho associativo na escola. Aparecendo apoiadas pelas anteriores Direcções, e na continuidade do seu programa mas numa base de unidade mais ampla, as listas recentemente eleitas lutarão abertamente contra o projecto-Cardia, pelo reforço do trabalho associativo e por uma acção cultural e ideológica de massas.

UNICARMO — os caciques querem sufocá-la

— O «Poder Popular» noticiou em número anterior o que foi a tentativa de assalto, orquestrada pelos caciques em ligação com o pároco e os chefes do PPD local, à Cooperativa UnicarMO de Câmara de Lobos.

— A pós esta façanha e enquanto o processo contra os assaltantes corre o seu curso nor-

mal, as ameaças aos cooperativistas não pararam e culminaram no passado dia 23 de Maio, pelas 8 horas da manhã, com novo assalto.

— A cooperativa não tinha quase ninguém àquela hora e facilmente despejaram os géneros no meio da rua. Saliente-se que o padre que vive sobre a cooperativa, passou toda a ma-

nhã fechado em casa como se não tivesse ouvido nada e a Polícia, chamada por um sócio, alegou ter um problema noutra sítio e não estar disponível. A manobra tinha sido bem organizada.

— O padre na sua «inocência» dirá que não tem nada com isso. A Polícia dirá que não viu nada, que não podia estar lá. Tal como no Funchal aquan-

do da carga sobre os trabalhadores da hotelaria. Só que dessa vez não havia problemas noutras sítios e os carros cos vieram ao sindicato para expulsar os trabalhadores.

— A possibilidade de rebentar com a organização dos trabalhadores chamam estes caciques do PPD autonomia incompleta. Se for completa como será?

ASSINATURA



Jornal Quinzenal

— Sai às 5.ªs feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 132, Lisboa Telefone 66 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00

12 meses 130\$00

apoi 250\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

Reforçada a posição de Agostinho Neto e a política do não-alinhamento

Os recentes acontecimentos em Angola tornam-nos de perto. Devido à luta que o nosso Partido desenvolveu em vários terrenos contra o colonialismo e à defesa firme das posições dos verdadeiros movimentos de libertação, as crises destes dizem-nos muito directamente respeito. Daí que a nossa solidariedade internacionalista em relação ao MPLA não possa sofrer qualquer hesitação ou enfraquecimento. Assim o entendeu a Comissão Política do CC no envio ao Bureau Político do MPLA um telegrama logo em cima dos acontecimentos — o primeiro a ser enviado por qualquer partido português — e que foi lido aos microfones da Rádio Nacional logo que chegou, com grande satisfação de amigos do nosso Partido.

Mas, devido à complexidade da questão angolana, às suas implicações no contexto da política dos grandes blocos, aos aspectos ideológicos que estão em causa, a nossa solidariedade tem de ser baseada numa análise quanto possível rigorosa da realidade e numa interpretação política que esteja conforme com as nossas próprias posições e a nossa luta.

A análise que se pode fazer neste momento é que o movimento «nitista» é um movimento de carácter populista radical, a coberto de uma máscara marxista-leninista, o que actuou de maneira a manter o partido dos resquícios do racismo e das dificuldades do povo, com vista a alargar a sua base de apoio. Infiltrado a todos os níveis do Estado, das FAPLA e das organizações de massa (OMA, JMPLA, Comissões Populares de Bairro, etc), provocou uma fracção vertical no MPLA de grande extensão e profundidade. O movimento «nitista» representa, assim, um aliado objectivo da reacção interna e do imperialismo que conspira contra a R. P. Angola, pois estes acontecimentos vão agravar as dificuldades do povo angolano e reduzir drasticamente os meios humanos — já de si insuficientes — de que o MPLA dispõe para as enormes tarefas da reconstrução nacional. Mas vão por outro lado permitir uma clarificação política no sentido da constituição de um bloco social amplo de apoio ao processo revolucionário, combatendo energicamente as tentativas da burguesia de influenciar a direcção desse processo a seu favor. E vão ao mesmo tempo reforçar a coesão do MPLA e da sua direcção, forçando, na luta contra o divisionismo e pela reconstrução nacional, o partido de vanguarda necessário à revolução socialista.

NITO ALVES E OS ANTECEDENTES DO GOLPE

Nito Alves fez parte do núcleo de militantes que, na 1.ª Região Político-Militar, manteve contra o exército colonial um foco de resistência que nunca foi eliminado. Logo após o estalecimento entre as Forças Armadas Portuguesas e o MPLA, e com a entrada legal do Movimento em Luanda, desencadeou uma campanha de auto-afirmação, divulgando os seus escritos políticos, aparecendo frequentes vezes em público e fazendo correr uma biografia político-militar que pelo menos exagerava o seu papel de combatente da guerrilha. Assim se explica que, tratando-se de um desconhecido, após poucos meses o seu nome era gritado com entusiasmo pelo povo nas manifestações de apoio ao MPLA ao lado do de Neto: Nito-Nitol Neto-Nitol Fazendo valer a sua qualidade de africano puro, já estava a apelar para os instintos raciais da população, há longos séculos oprimida e explorada pelos brancos.

Responsável pelo DOM (Departamento de Organização de Massas) controlava as Comissões Populares de Bairro, que enquadravam a tradicional base de apoio do MPLA, fazendo o número de populações de elementos esquerdistas e marxistas.

Em Maio de 1975, Nito veio a Lisboa à frente de uma delegação do MPLA que, numa fase particularmente difícil, procurava apoio junto

dos partidos de esquerda portugueses. Após os acordos do Alvor, com as sucessivas «guerras» de Luanda, em que se confrontavam em combates sangrentos o MPLA e a FNLA, o apoio soviético tinha-se tornado mais reticente. Foi a altura da viagem de Lúcio Lara à China, com o objectivo falhado de modificar a política de apoio deste país aos movimentos fanteoches.

Nesta situação, também o PCP tinha retirado a sua tradicional solidariedade ao MPLA, conciliando com as organizações fanteoches (era a altura em que a URSS defendia um acordo MPLA/UNITA). O MES, pelo contrário, reafirmou a sua inteira solidariedade ao único verdadeiro Movimento de Libertação, prosseguindo a sistemática denúncia da FNLA e da UNITA como agentes do imperialismo e promovendo, com outras organizações da esquerda revolucionária, comícios e manifestações de apoio ao MPLA, nos quais o PCP recusava participar.

A partir da II Guerra de Libertação, expulsos os exércitos invasores do Zaire, da África do Sul, do ELP e de mercenários, a escalada nitista redobrou de intensidade. Estava-se nos primeiros meses de 1976. A direcção do MPLA, assobreada com dificuldades de toda a ordem, evitou qualquer confrontação, deixando assim as mãos livres ao movimento fraccionista.

Ministro da Administração Interna, Nito Alves controlava a Polícia de Segurança (ISA), colocava os seus homens nos governos provinciais, tomava conta do Diário de Luanda e de outros meios de informação. Chefiando, com José Van Dunen, a delegação do MPLA ao Congresso do PCUS, regressa com um verdadeiro furor pró-soviético, enchendo as páginas do Diário de Luanda de longos artigos enaltecendo a URSS e fazendo discursos políticos, largamente difundidos, na mesma linha.

É por isso que não deve causar qualquer estranheza a implicação no frustrado golpe de elementos ligados ao PCP, ainda que oficialmente possam não ser reconhecidos como seus actuais militantes.

Como em todas as organizações revolucionárias — e os movimentos de libertação não escapam à regra — têm-se manifestado no MPLA, ao longo de muitos anos de luta, linhas políticas divergentes, desembocando em processos de deputação ou mesmo em crises. Se, em casos como o da Frelimo, a agudização das divergências contribuiu para a definição de uma linha política clara, defendida com firmeza pelos dirigentes e assumida por todo o partido, no caso do MPLA as contradições internas nem sempre puderam ser correctamente superadas dadas as condições objectivas particularmente difíceis em que a luta contra os inimigos internos e externos se tem desenvolvido em Angola.

O que está em jogo é a construção de um campo revolucionário a nível mundial que, podendo contar com a ajuda soviética frente ao imperialismo, no entanto se quer suficientemente forte e autónomo, em relação à esfera de influência da URSS.

É neste campo revolucionário não-alinhado que procuram situar-se os países africanos e asiáticos que conquistaram a sua independência através da luta armada e que transformaram essa luta numa revolução social. É neste campo revolucionário que o MES encontra as referências para a alternativa política que se esforça por erguer — é que há-de erguer — no nosso país.

As contradições no seio do MPLA

Mas estes acontecimentos não podem ser compreendidos em toda a sua extensão senão no quadro do que tem sido a luta heróica do povo angolano, primeiro contra o colonialismo português e depois contra as tentativas do imperialismo para impôr uma solução neo-colonial. É o MPLA que tem estado no centro dessa luta. É o MPLA que tem sofrido no seu seio as contradições por ela suscitadas.

Como em todas as organizações revolucionárias — e os movimentos de libertação não escapam à regra — têm-se manifestado no MPLA, ao longo de muitos anos de luta, linhas políticas divergentes, desembocando em processos de deputação ou mesmo em crises. Se, em casos como o da Frelimo, a agudização das divergências contribuiu para a definição de uma linha política clara, defendida com firmeza pelos dirigentes e assumida por todo o partido, no caso do MPLA as contradições internas nem sempre puderam ser correctamente superadas dadas as condições objectivas particularmente difíceis em que a luta contra os inimigos internos e externos se tem desenvolvido em Angola.

As condições de formação dos Movimentos de Libertação

Se o embrião dos movimentos de libertação em Angola e Moçambique (como na generalidade das antigas colónias) foi formado em ambos os casos a partir de um punhado de patriotas a quem o acesso à cultura ocidental, e nomeadamente ao marxismo, tinha permitido a formação de uma consciência política global, foram já muito diferentes os processos de implantação nas massas e de desenvolvimento do MPLA e da Frelimo. Pode dizer-se que esta última foi inteiramente forjada no seio da luta armada (como é o caso também do PAIGC), nas bases instaladas nos países amigos vizinhos e nas regiões sucessivamente libertadas, prefigurando, na íntima fusão de combatentes, dirigentes e militantes políticos, e de todos estes com as massas populares, a nova sociedade a construir no quadro de uma pátria liberta do ocupante e do explorador.

Pelo contrário, o MPLA, formado à partida por um pequeno grupo de intelectuais patriotas ou elementos ligados à pequena burguesia, encontrou desde logo uma larga adesão entre as massas exploradas dos museus de Luanda. Daí uma base social muito ampla, constituída basicamente por uma aliança entre a pequena burguesia e o proletariado urbano, mas com uma forte penetração de estratos de média burguesia por um lado e de lumpen-proletariado por outro. Também nas zonas rurais próximas de Luanda, o MPLA encontrou desde cedo um forte apoio junto das massas camponesas. Mas devido à selvagem repressão colonialista, estas extensas camadas não puderam organizar-se partidariamente, mantendo-se por isso afastadas dos centros de decisão política do Movimento e sobretudo sem a possibilidade de estarem preparadas para a eclosão de fortes contradições com a conquista da independência.

Por ocasião da tentativa de golpe de estado na RPA, a Comissão Política do MES enviou ao Bureau Político do MPLA o telegrama seguinte: «MES — Movimento de Esquerda Socialista sauda fraternalmente o MPLA por ocasião vitoriosa sobre inimigos internos que procuram a solução criminosa fazer jogo imperialista, inclina-se perante memória camaradas assassinados e confia firmeza e determinação povo angolano sob direcção presidente Neto consolidar independência completa e levar avante revolução socialista».

meza pelos dirigentes e assumida por todo o partido, no caso do MPLA as contradições internas nem sempre puderam ser correctamente superadas dadas as condições objectivas particularmente difíceis em que a luta contra os inimigos internos e externos se tem desenvolvido em Angola.

Três factores determinantes e que se ligam estreitamente entre si distinguem os processos políticos de evolução do MPLA e da Frelimo:

- a) as condições de formação e a base social de apoio dos movimentos de libertação;
- b) O grau de desenvolvimento das respectivas estruturas sociais;
- c) os condicionais nos geo-políticos das lutas de libertação.

Se estas contradições se manifestaram desde cedo no MPLA, as terríveis condições geopolíticas que foram impostas pelo imperialismo à luta armada de libertação constituíram um enorme obstáculo à respectiva superação. Com a sua base principal de apoio em Luanda e nas regiões próximas — facto que não afecta o carácter nacional de que o MPLA muito justamente se tem reclamado — o Movimento viu cortadas as ligações desse território com as suas bases nos países amigos. Isto porque a feróz repressão colonialista foi secundada pelo cerco estabelecido pelo regime reaccionário do Zaire e seus laçãos da FNLA, que dominavam as zonas do Norte de Angola, sujeitas à sua influência tribal.

Tendo como únicos países amigos a República Popular do Congo, do Zaire apenas o enclave de Cabinda, e a Zâmbia, cujas fronteiras se perdiam nas zonas semi-desérticas do Leste, a dispersão a que foram obrigados dirigentes e combatentes conferia um prejuízo adicional autónomia às diferentes frentes da guerrilha, impedindo objectivamente uma direcção centralizada e firme de toda a luta.

Basta recordar o extermínio de colunas do MPLA que, organizando-se quase clandestinamente no Zaire, tentavam alcançar as florestas dos Dembos, na 1.ª região político-militar, através do território bakongo controlado pelo FNLA. Basta recordar ainda que os bastimentos e munições para a frente leste e para desembarques em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, a muitos

CONFERENCIA NACIONAL CONTRA O "APARTEID", RACISMO E COLONIALISMO

na luta pela libertação da África Austral

A Conferência Mundial Contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral realizada há dias em Lisboa, exprimi, e constituiu ela própria, um passo importante na luta dos povos do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul pela sua libertação. Prejudicada embora pela influência política do bloco soviético, que se manifestou claramente a todos os níveis da conferência, a causa dos povos da África Austral ganhou uma nova dimensão mundial, que exprime uma viragem histórica na luta desses povos.

Efectivamente, da nova correlação de forças ocasionada pelas vitórias da Frelimo e do MPLA — que levaram as lutas de libertação até ao coração do bastião imperialista na África Austral — resultou um salto qualitativo. Esta viragem caracteriza-se pela consciência clara de que não se trata apenas de conflitos raciais e coloniais, mas de que estes conflitos são expressão e instrumento da luta de classes. Isto mesmo foi sublinhado pelo presidente Agostinho Neto na abertura da frente reunida em Luanda do Comité de Descolonização da UA. Assim, as referências expressas à exploração capitalista — e não apenas à opressão

racista — a denúncia sem ambiguidades do apoio descarado contra as resoluções da ONU, do gang dos cinco (EUA, Inglaterra, Alemanha Federal, França, Japão) aos regimes de Vorster e Smith, a declaração do Congresso Nacional Africano da África do Sul, de que os brancos também têm ali a sua pátria.

É este avanço da luta, não apenas em termos militares, mas também quanto à linha política, que permite aos movimentos de libertação empunhar e manter na luta armada e rejeitar com firmeza as manobras imperialistas de última hora para a introdução de reformas «cosméticas», que mais não são do que tentativas desesperadas para fazer passar soluções neocoloniais.

Esta é sem dúvida mais uma contribuição decisiva dos movimentos de libertação dos países que se libertaram do colonialismo português para a revolução mundial: não apenas permitir que a luta armada seja levada ao coração do subimperialismo sul-africano, mas ainda, com o seu exemplo e experiência, fazer avançar politicamente essa luta.

Esta ligação histórica foi bem expressa na intervenção do chefe da delegação moçambicana, camarada Sérgio Vieira, do Comité Central da Frelimo e chefe do Gabinete da Presidência da RPM, ao referir, logo de início, uma coincidência que não é apenas casual, a propósito da data escolhida para a abertura da conferência — a do massacre de Soweto, na África do Sul:

«Em 16 de Junho de 1960, em Mueda, na província de Cabo Delgado, as tropas coloniais portuguesas massacraram friamente 600 camponeses, mulheres, crianças, velhos, homens. Dezasseis anos depois, em Soweto, a 16 de Junho de 1976, o colonialismo de novo massacrou.»

Esta referência deveria também ter sido feita, naturalmente, pela parte portuguesa — o que não sucedeu, dentro

da prática bem arreigada de silenciar os crimes do colonialismo e da guerra colonial. Este pormenor ilustra bem, aliás, a atitude de conciliação da delegação portuguesa, hegemonizada por uma «maioria de esquerda», perante o arrogante desdém com que as autoridades ignoraram a Conferência. Desdém que reflecte uma total cecidade às pressões da direita e dos sectores mais reacçãoários das Forças Armadas e uma inteira submissão ao imperialismo. É esta, logicamente, que norteia a política internacional do Governo do dr. Soares; aquela mesma que levou Portugal, na recente conferência promovida pela ONU em Maputo, a alinhar inteiramente pelas potências imperialistas na que respecta à África Austral; aquela mesma que, ao reconhecer o estado sionista de

Israel, varreu as ilusões de boas relações com os países árabes.

A realização da Conferência constituiu uma derrota para a esat política, porque foi uma derrota para o imperialismo. Ela foi mais um passo na luta heróica dos povos do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul, sob a direcção dos seus movimentos de libertação — a Frente Patriótica, a SWAPO, o GNA. Como foi por isto mesmo uma vitória para outras lutas mais distantes, como as dos povos do Saara Ocidental e da RP de Timor-Leste, sob a direcção da Frente Polisario e da Fretilin — lutas estas que a influência soviética e reformista procurou silenciar. Porque a luta anti-imperialista, a luta contra a opressão e a exploração, a luta dos revolucionários é só uma.

EXTRACTOS DA DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL SOBRE A RODÉSIA MAPUTO, 18 DE JUNHO DE 77

No dia 3 de Março de 1976 reunimo-nos aqui para vos informar de uma decisão importante tomada pelo Comité Central da Frelimo e pelo Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique: da aplicação integral das sanções decididas pela Comunidade Internacional contra o regime racista ilegal da colónia britânica da Rodésia do Sul.

Anciamente então que a partir desse dia a República Popular de Moçambique encerrava as suas fronteiras com aquela colónia, interditava toda a comunicação com ela, e proibia a passagem aérea e terrestre de todo e qualquer tráfego de pessoas e bens com destino ou proveniente da Rodésia do Sul.

Afirmámos de uma forma consciente e categórica, sem deixar margem a quaisquer dúvidas, que o nosso povo estaria disposto a aceitar todos os sacrifícios para que essas sanções se traduzissem, na prática, num apoio total e incondicional ao povo colonizado e oprimido do Zimbábue.

Ao tomarmos aquela decisão estávamos conscientes dos sacrifícios que elas nos acarretariam. Mas, a não impunha-se acima de tudo, o cumprimento do nosso dever internacionalista, impunha-se a defesa intransigente da justa causa de luta de libertação do povo do Zimbábue.

milhas de quilómetros de distância, que durava semanas a percorrer através de estradas primitivas e de picadas abertas no mato, até à fronteira da Zâmbia, prosseguindo depois o transporte a pé, já no interior de Angola, durante outras tantas semanas ou mesmo meses. Basta recordar ainda que os dirigentes instalados em Brazzaville, quando necessitavam de deslocar-se a Lusaka, na retaguarda da Frente Leste, tinham que ir fazer escala em Cartum, no Sudão, ou mesmo na Europa, para evitar a alaragem em território zaireense.

Foram estas condições extremamente duras, aliadas ao atraso e pobreza das populações e à natureza desértica do território, que impediram o avanço da guerrilha até ao coração de Angola e à costa do Atlântico a partir da Zâmbia. Foram elas que tornaram impraticável um combate eficaz ao tribalismo de Savimbi e à pactuação da UNITA com o poder colonial. Foram elas ainda que permitiram a eclosão da chamada revolta de Leste, dirigida pelo traidor Chipenda, agente do imperialismo e da FNLA, da qual se tornou secretário-geral. Foi também por causa da dificuldade de se exercer uma direcção centralizada que a Revolta A activa, dirigida por patriotas exilados na Europa, não confrontados permanentemente com as exigências da luta armada e longe dos combatentes e do povo, encontrou condições para paralisar o MPLA numa fase crucial da luta, logo após o 25 de Abril.

O enquadramento internacional do golpe e a nossa posição

O movimento nitista reclama-se abertamente do apoio da URSS e, caso saísse vencedor, o hegemónio soviético teria tudo a ganhar. A cumplicidade activa de numerosos elementos ligados ao PCP que foram expedidos para Luanda nas vésperas da independência mostra claramente que a autonomia do movimento fraccionista, se existia, era apenas parcial. Todas as informações indicam que se tratou de uma manobra extremamente bem urdida, embora precipitada na sua execução. Os riscos da operação e os fracassos da URSS em tentativas anteriores noutros países (recorda-se o golpe tentado por Anibal Escalante pouco depois do triunfo da revolução cubana) exigiram enormes precauções para que a implicação soviética não pudesse ser provida em caso de fracasso. Mas o objectivo era claro: conseguir o controlo do governo angolano, quebrar o firme não-alinhamento de que Agostinho Neto tem dado provas, fazendo do MPLA um aliado servil do bloco soviético.

Desse modo, com a derrota do golpe, sai reforçada a política de não-alinhamento, que não se opõe evidentemente a uma aliança político-militar com a URSS dentro de certos limites. E mais uma vez ficou provada a tese que temos defendido de que a intervenção cubana em Angola traduz uma prática verdadeiramente internacionalista, inserindo-se num vasto projecto de reforço da sua própria autonomia em relação à política da URSS.

Ao anunciarmos aquelas decisões, o nosso país e o nosso povo eram já vítimas de agressões declaradas e assassinas das forças de Ian Smith.

Naquela ocasião, lançámos um apelo a toda a Comunidade Internacional para que reforçasse o seu apoio político, moral, diplomático e material à luta de libertação nacional do povo do Zimbábue e também à RPM em consequência da aplicação das sanções decretadas contra a colónia britânica da Rodésia do Sul.

A resposta da Comunidade das Nações foi não só positiva mas encorajadora para o prosseguimento do processo da independência do povo do Zimbábue. No entanto, essa resposta não foi unanimemente seguida pelo conjunto dos Estados membros das Nações Unidas.

Com efeito, alguns países, apesar da condenação pública, não souberam traduzir em actos concretos o apoio que verbalmente manifestaram.

Outros, embora igualmente condenassem os actos de agressão do regime rebelde de Salisbury, jogaram na ambiguidade, prosseguindo na ajuda material e político aos racistas rodésianos. O objectivo é claro, impôr ao povo do Zimbábue uma solução tendente a apresentar Ian Smith como um interlocutor válido.

Esta manobra permitiu a reorganização e o reforço da capacidade ofensiva das forças rebeldes, tornando-se esses países cúmplices na escalada de agressões à República Popular de Moçambique.

Queremos hoje informar-vos que nestes últimos dias, as violações e massacres atingiram uma envergadura sem precedentes, e que as forças inimigas obedecem a planos operacionais bem estudados e programados, com objectivos bem determinados, visando sobretudo alvos civis. Constatamos também que o inimigo está a utilizar equipamento bélico moderno e sofisticado: artilharia pesada, carros blindados, tanques, helicópteros, aviões de reconhecimento e «Mirages».

Importa fazer um balanço ainda que sumário das perdas humanas e danos materiais causados pelas agressões contra o nosso país.

Desde Maio de 1976 até 15 de Junho deste ano foram assassinados 1432 civis, dos quais 875 refugiados do Zimbábue em Nyzonja, e ficaram feridos 527. Dezenas de vias e aldeias que abrigavam populações pacíficas, com esforço e entusiasmo estavam empenhadas na reconstrução da sua Pátria, foram completamente arrasadas.

Muitos camaradas das Forças Populares de Libertação de Moçambique e das milícias populares tombaram no seu posto de combate em defesa da integridade do nosso território, da vida das populações e dos seus bens.

O que significam todos estes crimes cometidos contra o povo moçambicano, contra a jovem República Popular de Moçambique?

Significam, em primeiro lugar, que o regime de Ian Smith se encontra em guerra aberta contra Moçambique. O intuito é transferir, para além das suas fronteiras, as suas contradições que o opõem ao povo do Zimbábue. Significam que ele quer internacionalizar o conflito colonial e desviar a atenção da opinião pública mundial da questão central que é a libertação nacional do povo do Zimbábue.

O regime racista de Ian Smith é o cancro que urge extirpar, e constitui uma afronta à Comunidade Internacional. A própria existência do regime racista de Salisbury é por si só ameaça à paz nesta zona de África.

Em nome do Comité Central da Frelimo, em nome do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique, declaramos solenemente que estamos firmemente decididos a determinados a pé, ponto final aos crimes contra o nosso povo, às violações contra a nossa soberania.

Torna-se imperativo e urgente que a solidariedade internacional se manifeste numa forma mais concreta e activa.

O Povo moçambicano necessita de ajuda material urgente para suportar as pesadas consequências a que já nos referimos. Apelamos a toda a Comunidade Internacional para que contribua para o aumento da nossa capacidade defensiva e para a reconstrução das áreas devastadas pelos racistas.

Consolidaremos a nossa vigilância, intensificaremos a nossa capacidade de defesa, defenderemos as nossas conquistas revolucionárias e a nossa soberania.

Ao Povo do Zimbábue reafirmamos, quaisquer que sejam as consequências, o nosso total e incondicional apoio à sua luta armada de libertação nacional.

Independência ou morte, Venceremos.

Internacionalista, inserindo-se num vasto projecto de reforço da sua própria autonomia em relação à política da URSS.

Aliás, as implicações internacionais do movimento golpista são ilustradas com clareza pela posição assumida por diversos países e organizações políticas: a solidariedade da Frelimo à direcção do MPLA foi imediata como o foi a participação dos cubanos na contenção do golpe, ajudando a libertar e a missoras das mãos dos rebeldes. Como o foi, guardadas as devidas proporções, a posição do MES. É que, o que está em jogo é a construção de um campo revolucionário a nível mundial que, podendo contar com a ajuda soviética, no entanto, se quer forte e autónomo em relação à esfera de influência da URSS.

É neste campo revolucionário não-alinhado que procuram situar-se os países africanos e asiáticos que conquistaram a sua independência através da luta armada e que transformaram essa luta numa Revolução social. É neste campo revolucionário que o MES encontra as referências para a alternativa política que se esforça por erguer — e que há-de erguer — no nosso país.



OS TRABALHADORES, NA RUA, DIZEM NÃO AO PACTO SOCIAL!

O MES, Movimento de Esquerda Socialista, salda a grande jornada de luta que no dia 22, em todo o País os trabalhadores levam a cabo unidos em volta da sua Central Sindical única, a CGTP-Intersindical Nacional.

O MES, organização revolucionária, chama todos os os trabalhadores a cerrarem fileiras contra a política de recuperação capitalista do Governo do dr. Soares, contra as investidas do patronato reacçãoário e contra as manobras da direita e do imperialismo.

A subida desenfreada do custo de vida tolerada e incentivada pelo Governo cedendo às exigências dos Governos imperialistas americano e alemão, e aos apetites de lucro fácil dos capitalistas, os ataques às nacionalizações e à Reforma Agrária que visam dar centenas de empresas e milhares de hectares a capitalistas e agrários, os despedimentos que não param e o congelamento da contratação e dos salários com o decreto dos 15 por cento de miséria exigem de todos os trabalhadores uma só resposta e um só caminho:

A resposta da luta!

O caminho da resistência popular activa às medidas antioperárias e aos ataques do patronato, da direita e do imperialismo!

O MES, partido onde se organizam muitos e dedicados militantes sindicalistas, salda esta grande jornada dos trabalhadores portugueses, como jornada de *luta!* *Só lutando poderemos vencer!* A jornada de luta do dia 22 serve os interesses dos trabalhadores se afirmar bem alto a luta pelo caderno reivindicativo imediato aprovado no Congresso dos Sindicatos, se afirmar bem alto não ao Pacto Social, não às negociações nas costas dos trabalhadores, não à conciliação e à cedência.

A força dos trabalhadores está nos locais de trabalho, nas fábricas e nas herdades e não nos corredores dos ministérios ou da Assembleia da República. Por isto, os trabalhadores não se podem deixar iludir pela demagogia reformista que tenta esconder em manifestações e moções à sua linha de cedências e de abdicação da luta em favor da conciliação com a social-democracia e os interesses capitalistas: a aceitação do miserável aumento de 15 por cento para a Função Pública, a troca de promessas que nenhum Governo burguês cumpre é bem o exemplo de onde nos leva essa política reformista.

A garantia da capacidade de resistir palmo a palmo à avançada direita e à recuperação capitalista está na unidade combativa e organizada de todos os trabalhadores! Por isto, os trabalhadores não podem tolerar por mais tempo as estruturas fantoches que apenas servem a tática sindical dos reformistas e combatem a verdadeira organização dos trabalhadores: é o exemplo de dezenas de empresas intervencionadas ou em autogestão que só foi possível serem entregues ao patronato porque o Movimento Sindical não foi capaz de unir e organizar todos estes trabalhadores na sua luta comum, antes criou secretariados que pouco fizeram para

além de umas tantas propostas de lei condenadas a ser rejeitadas na Assembleia da República, mais umas quantas conferências de imprensa e outras tantas moções que ficam em maços nas gavetas dos órgãos do poder.

Deste modo, isolados, lutando embora heroicamente como, por exemplo, nos casos da Guérin, da Mondorel, da ARB e outras empresas, os trabalhadores vêm as suas lutas perderem-se em grande número dos casos, uma a uma.

As vitórias só se alcançam quando as lutas têm uma direcção revolucionária, uma direcção que não hesita e combate com decisão as paratranças da burguesia. Esta jornada de luta é antecedida de hesitações e constantes alusões às virtudes milagreiras do diálogo com o Governo por parte do Secretariado da CGTP-Intersindical. Por isto há que redobrar de vigilância: aos trabalhadores portugueses não serve a troca do caderno reivindicativo pelo Pacto Social, a troca dos contratos pelas portarias cujos efeitos os metalúrgicos sentem hoje como ninguém, a troca da defesa dos seus interesses de classe pela recuperação económica do capitalismo.

O MES chama todos os trabalhadores a fazerem de mobilização para o combate de classe e não uma jornada de «fachada» destinada a aumentar a pólvora seca da conciliação reformista.

O MES chama todos os trabalhadores a cerrarem fileiras na luta pela aplicação do caderno reivindicativo, pela saída dos contratos colectivos, pela revogação do Decreto 49-A/77 dos 15 por cento de miséria e de todas as leis antioperárias como a dos despedimentos.

O MES chama todos os trabalhadores a apoiar o movimento sindical revolucionário, lutando sem conciliações contra a cisão e o Pacto Social e fortalecendo o movimento sindical unitário e a CGTP-Intersindical, central única dos trabalhadores portugueses.

Ao sr. Gonelha e ao dr. Soares, aos imperialistas diante de quem eles se curvam vergonhosamente e aos reacçãoários a quem eles bieram e safistazam as exigências fazendo leis antioperárias, há que gritar bem alto, para que eles saibam que os trabalhadores portugueses estão conscientes, têm força para derrotar as manobras divisionistas e não se deixam adormecer com falsas promessas e a demagogia:

NÃO AO PACTO SOCIAL! SIM AOS CONTRATOS COLECTIVOS!

CADERNO REIVINDICATIVO SIM! RECUPERAÇÃO CAPITALISTA NÃO!

TRABALHO SIM! DESEMPREGO NÃO!

NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

REVOGAÇÃO IMEDIATA DO 49-A/77 DOS 15 POR CENTO DE MISÉRIA!

VIVA A UNIDADE; ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

Lisboa, 20 de Junho de 1977

Secretariado do C.C. do MES

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

A vitória foi dos professores!

A Lista B, «Por um sindicato forte. Por um ensino democrático na unidade de todos os trabalhadores», venceu as recentes eleições para o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, nasceu do esforço de estruturas sindicais de base que tomaram a iniciativa de se reunir para debater o problema das eleições, desencadeando assim um processo aberto e público, onde todas as posições sindicais tinham igual cabimento.

A lista B discutiu e fixou democraticamente as suas linhas de acção, discutiu e aprovou democraticamente o seu programa, discutiu e escolheu democraticamente os nomes que a constituem.

A lista B não fez uma campanha eleitoral baseada na caça ao voto a troco de promessas de acção futura. Mais do que promessa, ela é já o início da acção futura. Não manifestou obsessões eleitoralistas. Apresentou-se simplesmente, na realidade que é, e continuou a intensificar a actividade sindical em torno das grandes questões, organizando estruturas sindicais, divulgando e discutindo textos, estimulando os professores à participação e ao empenhamento pessoal. A campanha foi, acima de tudo, um sopro de vida nova e um acto de confiança na capacidade de discernimento dos professores.

A lista B não deve nada à iniciativa de qualquer aparelho partidário. Não foi elaborada em gabinetes e oferecida como coisa boa a um eleitoralismo passivo. Não solicitou aprovação ou apoio de nenhuma força político-sindical. No entanto, todas as forças político-sindical de esquerda, desde as não-partidárias até aos sectores mais sindicalmente significativos do Partido Socialista, se viram obrigadas por simples dever de coerência a exprimir-lhe o seu apoio e a reconhecer a correcção do processo que lhe deu origem — deixando assim intacta a sua independência, a sua dinâmica e a sua identidade. A identificação com a coligação eleitoral FEPU, que certos órgãos de informação pretenderam, é uma calunia bem significativa quanto à importância que a própria direita dá a estes seus atributos essenciais.

Pela primeira vez no panorama sindical português, a unidade surge da comunhão de interesses dos trabalhadores, e não se constrói sobre o programa sindical de um partido ou coligação de partidos ou sobre o prestígio de um conjunto de notabilidades. Contra-se nos interesses dos trabalhadores e nas realidades sindicais: o reforço do Sindicato, o relançamento da vida sindical, a democratização do ensino, a capacidade de negociação face ao MEC.

Não é por outro lado uma simples unidade anti-qualquer-coisa, cujo eixo se encontra por si mesma e que, por vir de dentro, se torna fonte de energia e estímulo de acção positiva. É a tomada de consciência do poder dos trabalhadores organicamente estruturada. Tudo isto dá à lista B dos professores um carácter de exemplaridade que os sindicatos de serviços deveriam estudar atentamente.

Como era de prever — e como sempre será desde que os trabalhadores se organizem correctamente — a lista B saiu vencedora.

Os professores do MES, activos no processo desde a primeira hora, têm motivos de sobra para se congratularem com esta vitória. Para além do que

representa no Sindicato dos Professores, ela vale como índice do poder dos trabalhadores autónoma e unitariamente organizados e mostra o caminho a seguir face às manobras divisionistas do patronato. O Núcleo de Professores do MES saúda calorosamente os professores da Grande Lisboa por esta vitória exemplar. E seja-nos lícito distinguir nesta saudação os professores socialistas que, votando na lista B, apostaram claramente na unidade e na independência sindicais, contra a falsa unidade das alianças partidárias que o patronato controla na cúpula e contra uma falsa independência que apenas consista em mudar de dono.

DAR SEGUIMENTO AO IMPULSO QUE VEM DAS BASES

Não se julgue todavia que tudo correu em mar de rosas. Foi íngreme e acidentada a via que foi necessário percorrer para que a lista B não fosse hipotecada, para que nela continuassem hegemónicas as posições revolucionárias e não fosse esvaziado de conteúdo o processo das comissões sindicais. Por outro lado, a unidade e a independência que a lista B por esta via atingiu na fase eleitoral e pré-eleitoral não são valores que, uma vez conseguidos, fiquem definitivamente assegurados. Sob este aspecto, pesa sobre os novos corpos gerentes uma tremenda responsabilidade. O estatuto que nos nasceu pode deteriorar-se no processo de crescimento, quando as realidades exigirem resposta pronta e adequada. É este um perigo real e seria grande erro fechar os olhos diante dele. Mas não seria menor o erro de julgar que isso é um problema exclusivo dos corpos gerentes. Esta responsabilidade pesa igualmente sobre nós, enquanto professores e enquanto estruturas sindicais, desde os Núcleos Sindicais de Base até à Direcção.

Com efeito, os novos corpos gerentes nasceram assim porque a união dos trabalhadores na base lhes impôs uma determinada natureza. Continuarão a si mesmos se continuarem a si mesmos, a acolher e a dar seguimento ao impulso que vem das bases. Mas para isso é necessário, antes de mais nada, que o impulso das bases se faça sentir. Só há na verdade uma forma de preservar a unidade e a independência dos corpos gerentes: é colocá-los em comunicação directa com as bases e na dependência estrita das exigências que vêm dos locais de trabalho, lá onde se forja a unidade viva, onde se sentem as realidades e onde mais dificilmente encontram eco os interesses patronais ou as ambições partidárias.

Esta é uma das razões pelas quais o Núcleo de Professores do MES considera absolutamente necessário que, doravante mais do que até agora, os professores revolucionários se empenhem activamente na dinamização da vida sindical, organizando os seus Núcleos Sindicais de Base, suscitando neles a actividade crítica e as tomadas de posição, de mãos dadas com todos aqueles que rejeitam uma direcção burocrática divorciada das bases e aberta a ingerências estranhas nas organizações dos trabalhadores.

De acordo com aquilo que o MES sempre tem defendido, a vitória da lista B mostra que esse é o caminho — o único caminho.

O NÚCLEO DE PROFESSORES DO MES

ELEIÇÕES NO SINDICATO DO COMÉRCIO DE LISBOA

Derrota dos divisionistas!

As eleições para o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa marcam mais um sério golpe na manobra divisionista da «Carta Aberta»: a lista patrocinada pela anterior direcção, apoiada pelo PS e pelas forças da direita e fazendo do combate à CGTP-IN e da continuação do trabalho e da «Carta Aberta» a sua bandeira foi claramente derrotada.

A vitória eleitoral da lista C, que encontra na sua base o grande aumento do número de trabalhadores que votaram nestas eleições em relação às anteriores, cerca do dobro e um terço dos trabalhadores inscritos marca a estreita ligação que é sentida pelos trabalhadores entre a defesa das suas conquistas e das suas condições de vida e a necessidade da unidade do movimento

sindical, da central sindical única. A política de recuperação capitalista praticada pelo governo do dr. Soares e a escalada reacçãoária do patronato que encontram na subida do custo de vida, nos despedimentos, na redução drástica dos salários reais alguns dos seus efeitos principais atingem fortemente sectores onde até aqui a social-democracia e a direita tinham conseguido manobrar e iludir com alguma facilidade. Os trabalhadores dos serviços começam hoje a sentir de forma mais alargada a necessidade de lutarem e de lutarem lado a lado com a classe operária e os restantes trabalhadores assalariados.

Esta disposição combativa, bem patente na forma como a semana inglesa tem sido defendida, representa um desafio para as forças revolucionárias, as únicas que lhe podem res-

ponder consequentemente. A política sindical reformista já mostrou que não está disposta a recorrer à mobilização e à luta para defender as conquistas e as condições de vida, bem como a unidade e a unidade sindicais contra o pluralismo e a divisão. Bem pelo contrário os seus objectivos não passam do reforço e alargamento do seu controlo sobre o aparelho sindical (sindicatos, uniões, federações, central) para melhor poderem prosseguir a sua política de conciliação com a burguesia.

Sem a afirmação da corrente sindical revolucionária, a vitória da lista C nas eleições do Sindicato do Comércio de Lisboa não o será de facto, para os milhares de trabalhadores que nela votaram pela unidade e pela luta. As graves limitações do trabalho desen-

volvido pelos revolucionários em toda a batalha eleitoral, não conseguindo desenvolver de forma explícita e clara na luta contra as forças da divisão sindical, combate à política conciliatória, demagógica e incoerente dos reformistas, exigem no reforço do movimento unitário e das estruturas sindicais, e no seu seio, uma clara afirmação autónoma em relação à linha sindical reformista, a de maior peso na direcção agora eleita. Que este é o caminho correcto prova-o o isolamento das forças que tentam combater o reformismo fora do movimento unitário e das estruturas sindicais, aplicando uma tática que, nos sindicatos onde a tarefa central é bater a direita e a cisão, é claramente divisionista — a lista D, apoiada pela UDP/PCP(R) com os seus 2 por cento dos votos ali está para o mostrar.

A LUTA DOS TÊXTEIS

Manobrar a luta é sabotar a unidade

A luta dos trabalhadores têxteis prossegue contra os patrões cada vez mais arrogantes e cada vez mais encorajados pelo seu homem de confiança — o sr. Gonalves.

Assim, enquanto que os patrões procuram a todo o custo boicotar as negociações do CCTUV para todo o sector e recusam aumentos salariais superiores a 15 por cento, o Secretário de Estado do Trabalho por despacho de 24 de Maio determina a criação de uma Comissão Técnica (em que os representantes dos trabalhadores estão em minoria...) para elaboração dos estudos preparatórios de uma PRT para o sector têxtil, o que, segundo uma resolução aprovada por unanimidade pela Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul e pelos delegados sindicais, «não vem ao encontro dos reais interesses e legítimos direitos dos 300.000 trabalhadores têxteis, antes pelo contrário, porque:

a) — O despacho não define com clareza qual o âmbito das matérias a regulamentar através da Portaria, nem garante a salvaguarda dos direitos já adquiridos e constantes dos CCT's em vigor;

b) — O Governo nada diz sobre a situação específica dos trabalhadores têxteis, que são os mais mal pagos da indústria transformadora e para os quais um aumento de 15 por cento seria em termos absolutos quase metade dos aumentos dos sectores menos desfavorecidos, para além de não ter em conta que de Março/75 data da entrada em vigor dos CCT's actuais a Julho/78, data em que será possível nova revisão salarial, vai um período de 39 meses em que o custo de vida terá sofrido um aumento de quase 100 por cento.

c) — Aproxima-se a época das férias e é indispensável que o CCTUV esteja cá fora antes, não só para que férias e subsídio de férias sejam já reguladas pelo novo CCTUV, como também porque, como as férias serão muito difícil manter a mobilização e continuar a luta em condições favoráveis aos trabalhadores».

A luta dos têxteis tem sido por outro lado dificultada pelas constantes vacilações e oscilação dos sindicalistas afectos à linha reformista que se vindo da corrente de transmissão do PCP procura sistematicamente pôr a luta dos trabalhadores a reboque dos seus interesses partidários.

Transcrevemos seguidamente parte de um comunicado do Departamento Operário e Sindical do MES — sector têxtil —, salido no dia 16 de Julho a propósito da jornada de luta levada a efeito nesse dia pelos sindicatos do sector:

A UNIDADE É FUNDAMENTAL PARA A VITÓRIA

Não obstante todas as dificuldades, tem sido com unidade que nas fábricas e nas ruas temos conseguido alguns vitórias, como foi o caso de conquistar um CONTRATO ÚNICO E VERTICAL PARA TODO O SECTOR TÊXTEL que os patrões não queriam e saiu na Portaria de 30.12.76.

Esta UNIDADE QUE É ESSENCIAL tem resistido aos mais sujos golpes de patrões e Governo, não obstante todas as armas e meios legais de que eles dispõem.

Esta unidade encontra-se hoje mais fortalecida após a realização do Congresso de todos os Sindicatos, em Janeiro

passado e tem expressão na nossa Central Sindical Única — a CGTP-IN — que deverá constituir o bastião em torno do qual o movimento sindical unitário se une nas horas decisivas como a presente, queiram-no ou não o sr. Gonalves e o seu documento divisionista, queiram-no ou não a Carta Aberta (que recentemente e se viu derrotada de Sindicatos onde ocupava as Direções como os do Comércio e Professores de Lisboa onde listas unitárias venceram), queiram-no ou não a CIP, a CAP e todos os que fazem o seu jogo.

Porém, a nossa unidade não pode servir de capa de manobra para negociações feitas nas costas dos trabalhadores nem para conduzir lutas que não sejam decididas democraticamente pela classe.

O QUE SE ES CONTE ATRÁS DE CERTOS «GOLPES DE RINS»?

É assim, camaradas, que o MES, Partido onde se organizam muitos e dedicados militantes e sindicalistas do sector têxtil, saudando a jornada de luta que hoje efectuam os trabalhadores têxteis, não deixa de estranhar que camaradas sindicalistas de Março para cá vêm afirmando que a classe «está desmobilizada», que há «medo de ir para a luta» devido a os despedimentos, processos disciplinares, etc., que inclusivamente no Secretariado da nossa Federação defendem estas posições e objectivamente boicotam a decisão do Conselho Geral de realizar o Encontro de Dirigentes e Delegados Sindicais de todo o País, adiando o seu assuava mente, tenham vindo agora apresentar no dia 8, na Reunião Geral de Sindicatos, em Coimbra, uma proposta de concentração para hoje.

O que se esconde por detrás destes «golpes de rins»? Por detrás disto, camaradas, esconde-se a tática sindical dum Partido — o PCP — onde militam e com o qual simpatizam muitos trabalhadores do sector.

Apesar de considerarmos a circunstância urgente e o momento o grave pois o CCTUV está ameaçado pela Portaria que o sr. Gonalves impôs, haveria que fazer uma total mobilização e esclarecimento junto dos trabalhadores e nas fábricas.

A comprovar que defendemos a via da luta e que só pela luta poderemos vencer é a nossa concordância plena com a proposta apresentada no dia 8 em Coimbra pelo Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul em que se defendia:

— a realização do Encontro de Delegados e Dirigentes do dia 18, em Coimbra para balanço e preparar as fases seguintes da luta.

— Jornada Nacional de luta no dia 22, com paralização e plenários e participação em massa nas manifestações da CGTP-IN.

— Paralização e plenários nas empresas no dia 23.

Esta proposta aprovada por unanimidade pela Direcção dos Têxteis do Sul e também por unanimidade pelos delegados sindicais dos Têxteis do Sul no dia 8 era uma proposta correcta que:

— permitia ligar mais estreitamente a luta dos Têxteis à luta de todos os trabalhadores portugueses.

— permitia realizar durante a presente semana uma maior mobilização e esclarecimento



junto dos trabalhadores.

Embora concordemos apoiemo activamente e saudemos a jornada de hoje pensamos que a poderia ter sido melhor preparada.

Pelo que diziam certos sindicatos haveria «desmobilização» dos trabalhadores têxteis nomeadamente no Norte. (A alguns destes sindicalistas são aqueles que, no fundo, ainda hoje vão veladamente afirmando na sombra que o CCTUV se não devia ter feito, que o nosso I Congresso não se devia ter feito, que a fusão das duas Federações numa só foi precipitada. São no fundo aqueles que não acreditam na força unidade dos trabalhadores — o PCP — não domina várias Direcções Sindicais com certo peso no conjunto do sector Têxtil. Ora foram precisamente os Têxteis do Porto e de Braga a lançar a proposta da manifestação hoje dia 16!

Que raio de tática é esta? Não será isto servir-se da luta dos trabalhadores utilizando-a quando lhes convém para tirar dividendos partidários?»

Convém ainda acrescentar que a Direcção do Sindicato dos Têxteis do Porto, que no Secretariado da Federação defendeu o adiamento do Encontro de Dirigentes e Delegados Sindicais decidida pelo Conselho Geral da Federação, por julgar não haver condições de mobilização para tal (7) tinha já contribuído para essa falta de condições ao não publicar no seu jornal sindical essa decisão do Conselho Geral.

O ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES E DELEGADOS SINDICAIS DO SECTOR TÊXTEL

Neste Encontro finalmente realizado no passado dia 18 por decisão da Reunião dos Sindicatos do Sector, mais uma vez os sindicalistas afectos ao PCP, fiéis à linha de conciliação do seu partido, se opuseram às propostas de luta apresentadas por elementos da Corrente Sindical Revolucionária usando para isso meios que foram severamente criticados por muitos dos presentes. Assim, elementos da Comissão Negociadora Sindical que dirigiu os trabalhos, afectos à linha reformista, depois de defenderem que uma proposta apresentada pela Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul não deveria ser apreciada e votada uma vez que o Encontro não era deliberativo vieram mais tarde a propor outras votações.

Esta proposta dos Têxteis do Sul que os Delegados e Dirigentes presentes por escassa maioria (96 contra 75 e 25 abstenções) decidiram não ser de apreciar, propunha, entre outras coisas e depois de vários considerandos, que fosse tornada pública a adesão de todos os sindicatos do sector à jornada de luta do dia 22 promovida pela CGTP-IN; que fos-

se declarado o dia 22 como dia nacional de luta dos trabalhadores têxteis pelo CCTUV e pela revogação imediata e total do Decreto dos 15 por cento; que fosse decretada a paralização total no dia 22 com a realização de plenários nas empresas após o que os trabalhadores se deveriam integrar nas manifestações promovidas pela CGTP-IN unificando a sua luta com a de todos os trabalhadores portugueses.

Seguidamente foi posto à votação, por Sindicatos, critério defendido pela mesa, se se faria ou não paralização no dia 22.

Com a oposição dos Têxteis do Sul e dos Lanifícios da covilhã foi decidido não se fazer a paralização. Os revisionistas acabaram por levar a água ao seu moinho de conciliação mas como se afirma no já citado comunicado do DOS do MES: «A LUTA CONTINUA!»

Mantendo sempre bem alto o espírito da unidade da classe operária e dos trabalhadores que o MES e os seus militantes defenderão sempre contra os divisionistas e as forças da cisão, não deixamos de criticar aqueles que querem jogar com esta nossa unidade e com a nossa luta, utilizando-a em proveito próprio.

Coerente ainda, o MES exorta todos os trabalhadores do sector têxtil a reforçar a unidade e a organização para na luta conquistarmos um CCTUV que mantenha as regalias conquistadas e garanta um salário digno e justo, dizendo bem alto: «NÃO AOS 15 POR CENTO DE MISÉRIA!»

O MES exorta todos os trabalhadores a participar activamente na empresa e no sindicato, na luta sindical e a defender as posições revolucionárias lutando para uma orientação revolucionária em todos os sindicatos, engrossando a corrente sindical revolucionária, pois só com uma direcção revolucionária o movimento sindical unitário poderá em conjunto conduzir a luta contra a recuperação capitalista, levando-a a bom termo.

Exortamos todos os trabalhadores a manterem-se unidos e organizados e em luta pois certamente a luta pelo CCTUV não acabará hoje!

O MES exorta ainda todos os trabalhadores têxteis a vir para a rua no dia 22, integrando-se nas manifestações da CGTP-IN, contra a política anti-operária do Governo, contra o Pacto Social!

VIVA A LUTA PELO CCTUV. NÃO AOS 15 POR CENTO DE MISÉRIA!

VIVA A UNIDADE; ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES TÊXTEIS.

VIVA A CORRENTE SINDICAL REVOLUCIONÁRIA UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

A LUTA CONTINUA!

TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DE VIANA DO CASTELO

Vitória da esquerda

Decorreram no passado dia 4 de Junho as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo.

Candidataram-se duas listas: a lista A, unitária de esquerda, sob a sigla «Na Unidade» a Força dos Trabalhadores — Por um Sindicato Unido e Forte», cuja acção assentou nas Comissões de Apoio, formadas por trabalhadores activos e conscientes da maioria das empresas do distrito; a lista B, afectada ao PPD/PS, apoiada pelo patronato, era constituída por patrões-trabalhadores e empregados privilegiados na firma onde trabalham.

Fazendo da luta pela unidade do Movimento Sindical contra as manobras cisionistas e da luta pela defesa intransigente

de dos interesses dos trabalhadores as questões centrais do programa, os revolucionários soberaram, pela sua acção firme e decidida, arrastar atrás de si os reformistas e dar o rumo certo ao trabalho da lista A, ganhando a confiança da maioria dos trabalhadores do distrito e levando-a à vitória eleitoral por margem folgada.

A lista B, composta por oportunistas a soldo do patronato e cujos objectivos era a divisão do Movimento Sindical e a destruição do próprio sindicato, tornando-o conciliador e submissão aos interesses dos patrões, viu desta forma derrotada os seus intentos, saindo mais reforçada a unidade e a consciência dos trabalhadores e a sua determinação de lutar e vencer.

PROFESSORES DO SUL divisão e derrota

Os resultados das eleições para o Sindicato dos Professores da Zona Sul, que abrangia quatro distritos (Portelarge, Évora, Beja, E Faro), são um exemplo claro de como os erros de uma política sindical podem ter graves consequências.

Apresentam-se três listas: uma, a B, a vencedora, de direita; e as restantes A e C, de uma esquerda dividida entre a «unidade» do PC e a tentativa de unir os professores, levada a cabo pelos revolucionários, cujo lema deverá ser combater, sem tréguas, o inimigo principal, o movimento cisionista, sem esquecer os capitalcionistas, os negociantes do Pacto Social.

Assim podem apontar-se co-

mo causas principais da vitória da lista de direita, abrihanta da parte rapazes do MRPP, a incapacidade das forças revolucionárias e impôr uma lista unitária e o sectarismo do PCP, cuja unidade consiste essencialmente em obter, das outras forças de esquerda, abertura para as suas listas.

Que todos os professores progressistas colham, da derrota sofrida os ensinamentos devidos e os aplique já, nas próximas eleições para os Executivos Distritais, construindo uma unidade real, mobilizadora, que não conceda trunfos à direita, e não a unidade camuflada que só arredará os trabalhadores do caminho da vitória.

PANIFICAÇÃO DO PORTO Apoiemos a Lista A

Vão-se realizar as eleições para os corpos gerentes do Sindicato de Panificação, Moagens, Massas e Similares do Distrito do Porto. A lista A, agrupando um conjunto de trabalhadores de vanguarda, apresentou o seu programa sob a sigla: Por um Sindicato Revolucionário na Defesa de Melhores Condições de Vida e Trabalho.

«Somos trabalhadores interessados no desenvolvimento de uma acção sindical revolucionária, que contribua decisivamente para que o nosso Sindicato seja um verdadeiro órgão de classe, aberto à participação activa, consciente e permanente de todos os trabalhadores».

«Somos trabalhadores, alguns já vossos conhecidos, temperados nas lutas que o nosso Sindicato desenvolveu, dispostos a continuar e a aperfeiçoar a nossa acção sindical; outros camaradas participam pela primeira vez, estão dispostos a colocar o seu trabalho e a sua força ao serviço de todos os trabalhadores».

«Concorremos, porque entendemos que a nossa unidade é o factor principal onde irão esbarrar os nossos inimigos de classe, permitindo-nos ultrapassar as nossas pequenas contradições, que no dia a dia se nos depaenam, e porque estamos dispostos a empenhar-nos para que tal unidade jamais seja quebrada, o que pressupõe que esta deve assentar em bases mais e concretas».

Assim se apresenta e justificam a sua candidatura estes trabalhadores.

Como linhas básicas para a

acção sindical, defendem a eleição de delegados sindicais em todos os locais de trabalho e a sua coordenação e organização, o incentivo à realização de Plenários a nível de locais de trabalho e de sector, a atribuição do poder máximo às Assembleias Gerais, assim como apontam a necessidade da verticalização do ramo alimentar. E isto porque:

«Para que o nosso Sindicato se torne um órgão de unidade, para que a democracia interna seja um facto, é indispensável o controlo do mesmo pelos trabalhadores».

«Pensamos que o bom funcionamento de um Sindicato parte do local de trabalho, onde a iniciativa dos trabalhadores se faz sentir, fazendo cor que a burocratização e as acções impulsivas não tenham lugar».

«Quanto ao Movimento Sindical Português, a posição destes trabalhadores é de igual modo clara. Defendem «a existência da CGTP-IN» como única central sindical, que nas mãos dos trabalhadores e na defesa intransigente dos seus interesses, terá de fortalecer a unidade dos explorados na luta pela sua emancipação», assim como se propõem combater «todas as formas de cisão do movimento sindical, desmarcando e lutando contra todas as tentativas das forças que o pretendem dividir».

Apoiar e votar na lista A da Panificação do Porto é lutar por uma perspectiva correcta no seio do Movimento Sindical, que diga não à oquência e à conciliação e sim à unidade, à organização e à luta.

RUI GOMES, LIBERTAÇÃO!

Rui Gomes, estudante antifascista, continua preso sem culpa formada às ordens das autoridades militares. Já lá vão 20 meses!

«Quando se pensa que Marcelo Caetano está a banhos em Copacabana e Rui Gomes preso, perguntamos: que revolução é esta? Quando se encontra o nazi Arnaldo Schultz a comer pacatamente num restaurante da baixa, e Rui Gomes está em Caxias, perguntamos: que revolução é esta? Quando o Rapazote e Adriano Moreira por cá vêm passar férias, quando o inspector Sacchetti está na sua casa de campo, e Rui Gomes preso, perguntamos: que democracia é esta?» (1).

Assim vai este nosso «Estado de Direitos»...

Vem agora o EMGFA e comunicam o garantir que a situação é perfeitamente legal visto que é provável o culpado de crime punível com prisão maior.

Este aparente legalismo não resiste à observação mais superficial. A penas um exemplo; não está S Pinola envolvido numa tentativa de golpe com utilização de avião militar, disparos sobre instalações militares e morte de um soldado? Não fugiu de posse para Espanha, utilizando e desviando um helicóptero militar? Não são isto crimes puníveis com prisão maior? Pois apesar de tudo isto, o mesmo juiz concedeu rapidamente a S Pinola a liberdade e nem se sabe se está ou não em marcha o processo res-

pectivo. Como se vê, continua a haver duas medidas.

Por tudo isto cresce o apoio popular a Rui Gomes que corajosamente decidiu entrar em greve da fome como forma de não mais permitir que as autoridades militares continuem a arrastar indefinidamente o seu caso.

COMÍCIO NA VOZ DO OPERÁRIO

Na cadeia, a greve da fome prolongou-se por 25 dias, até que as autoridades se decidiram a marcar a data do julgamento.

Entretanto, cá fora sucediam-se as manifestações de solidariedade e apoio, concretando um vasto leque de figuras e tendências políticas.

A própria Assembleia da República aprovou, sem votos contra uma moção contrária ao prolongamento da sua prisão preventiva.

Na passada quarta-feira 15 teve lugar na Voz do Operário um comício para exigir a sua libertação imediata.

Na mesa tomaram lugar elementos de diversas tendências. Lopes Cardoso, Kalidás Barreto e Carlos Cardal, da Fraternidade Operária, Aécio Barreiros, Amadeu, e Luis Sabino da UDP; pelo MES esteve presente o camarada Nuno Teotónio Pereira; ainda outras figuras não ligadas partidariamente (Cardoso Pires, Cármenes Monteiro, Alcina Bastos e Seixas Santos). Foram



também recebidos telegramas de apoio de Rui Luis Gomes, José Morgado e Piteira Santos.

MANIFESTAÇÃO AO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

A campanha para a libertação de Rui Gomes teve novo momento alto na passada sexta-feira com a realização de uma manifestação de apoio. Desde a Praça do Comércio até ao EME, vários milhares de antifascistas repetiam palavras de ordem exigindo a libertação de Rui Gomes e o julgamento e prisão dos «pides» e bombistas.

Junto do EME registou-se a presença provocatória de mais

de uma centena de «choques» em traje gorila completo, que tentaram impedir que os manifestantes entreassem um abaixo assinado com cerca de 70 mil assinaturas exigindo a libertação de Rui Gomes.

A luta pela libertação de Rui Gomes prossegue. Ela é tarefa de todos os revolucionários e de todos os antifascistas.

A terminar, lembramos aqui uma passagem da mensagem de Rui Gomes ao comício da Voz do Operário, a propósito da greve da fome que está a realizar: «para os revolucionários a resistência física tem por limite a própria vida, enquanto que a resistência política e moral é ilimitada».

(1) — Extracto da intervenção de Carlos Cardal no comício da Voz do Operário

QUE VAI A PSP APRENDER AO BRASIL?

Alguns órgãos de informação noticiaram que 40 comissários da PSP vão (ou foram já) fazer um estágio «técnico» ao Brasil, junto de um sinistro organismo chamado DOI-CODI. Para saber o que vão estes comissários aprender e a afronta que este facto representa para o nosso povo, é importante conhecer um pouco dessa organização.

O DOI-CODI é o organismo operacional centralizador das várias polícias políticas existentes no Brasil, com o objectivo de destruir todas as formas de oposição e resistência ao regime ditatorial.

A sua principal arma e fonte quase exclusiva de informação é a tortura. As suas técnicas são o «pau de arara», os choques eléctricos nas partes mais sensíveis do corpo, o afogamento repetido, os espancamentos com palmatória e dezenas de outros suplicios físicos e morais.

Nos últimos nove anos o DOI-CODI foi directamente responsável pela execução ou morte sob tortura de mais de quinhentas pessoas e por torturas em mais de 30 mil. A tortura não só tem sido utilizada como a arma principal de obtenção de informações, como também um instrumento de intimidação preventiva de todos os suspeitos de simpatia por actividades de resistência ao regime.

Com estreitas relações com a CIA e todo o sistema de repressão do imperialismo o DOI-CODI não limita o seu trabalho ao território brasileiro. Dispõe de uma série de peritos que desempenham funções no estrangeiro.

Encarrega-se da «assistência técnica» a polícias de países onde se preparam grandes ofensivas fascistas, como foi o caso do apoio à sinistra DINA chilena e às políticas da Argentina, da Bolívia, do Uruguai e do Paraguai. Trata-se pois de uma espécie de multinacional da repressão, com a sua sede no Brasil. E, pelos vistos, a nossa PSP acaba de filiar-se também nessa multinacional.

Esta decisão vem mostrar com a maior evidência que, para levar avante o processo de recuperação capitalista, o actual Governo e a política de classe que ele está a pôr em prática, necessita de preparar eficazmente instrumentos especializados para a repressão contra os trabalhadores e contra o povo. Este estágio «técnico», além de ser uma afronta ao povo português, é pois uma ameaça. Alerta trabalhadores! Alerta estudantes!

ESPAÑA: Os resultados da esquerda revolucionária

Tal como em Portugal, também agora em Espanha as primeiras eleições parlamentares desempenharam o seu papel de confundir e dividir o movimento popular.

Frente a um proletariado que travou nos últimos anos um combate sem descanso ao poder do capital, a burguesia saiu vencedora neste passo importante de um processo de abolição suave e controlada do fascismo, por forma a não oferecer qualquer risco para a sua dominação de classe.

Perante a forte votação obtida pelo PSOE e a relativa derrota do PCE, a esquerda revolucionária, cujas organizações dirigiram lutas operárias de grande envergadura, viram a sua presença no Parlamento reduzida a quase nada. Vítima da prepotência do Governo ao recusar-lhe a legalização, viu-se obrigada a recorrer a frentes eleitorais com designações ocasionais que retiraram aos partidos mais prestigiados a luta de massas a sua identificação e imagem próprias. Mas foi vítima ainda do sectarismo e do oportunismo de algumas das suas organizações, que recusaram uma candidatura de unidade frente aos partidos reformistas.

Nestas condições, os resultados eleitorais ficaram muito aquém da importância que a esquerda revolucionária tem tido ao nível do movimento social e cuja expressão a nível político exige certamente, nas novas condições de luta, uma profunda recomposição.

Assim, apenas dois deputados estarão presentes no novo Congresso à esquerda do PCE. Um deles foi eleito no País Basco, pela Frente Eleitoral Euskadiko Esquerria. Trata-se de Francisco Setamendia, ad-

voçado do processo de Burgos, e que pertence à organização EIA (Partido da Revolução Basca), braço político da ETA. Esteve exilado cinco anos em França e é autor do livro «A ETA e o nacionalismo basco». A frente Euskadiko Esquerria (Esquerda Basca) é uma coligação eleitoral animada principalmente pelo Movimento Comunista, pela KAS (Coordenadora Patriótica Socialista) e por independentes. Corresponde, nas outras nacionalidades do Estado Espanhol à Candidatura de Unidade Popular pelo Socialismo (CUPS), animada igualmente pelo Movimento Comunista, e que não conseguiu eleger mais nenhum deputado.

O outro deputado foi eleito pela Esquerda de Catalunha, que corresponde nas outras nacionalidades à Frente Democrática de Esquerda, impulsada pelo Partido do Trabalho. Pertence a um pequeno grupo nacionalista de centro-esquerda, a Esquerda Republicana, e por isso não pode ser considerado como porta-voz da esquerda revolucionária.

Entretanto, a Frente Unida de Trabalhadores (FUT), formada pela Liga Comunista Revolucionária (IV Internacional), pela Organização Comunista de Esquerda de Espanha (OICE), pelo velho e histórico Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) e por independentes, não obteve nenhum lugar. Os seus cabecetes de lista eram, em geral, dirigentes operários que se tinham destacado nas lutas dos anos mais recentes.

No que diz respeito ao Senado, foi eleito um independente pela Esquerda Basca, Juan María Bandrés, também advogado do processo de Burgos.

Em Coimbra, ao Cardia o referendo saiu-lhe pela culatra

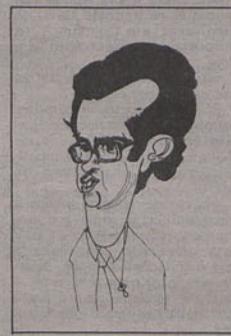
Tentando desmobilizar a capacidade de luta dos estudantes portugueses, e, em particular, de Coimbra contra a reintegração dos fascistas saneados, Cardia lançou o seu «referendo-burla».

Construído com uma só pergunta que permitia uma só resposta, jogando com as inevitáveis «pressões» familiares, os espectros do «caos» e da perda do «câmbio», Cardia estava piamente esperançado num folgado resultado que lhe permitisse não só isolar o combate como isolar e reprimir a direcção-geral da AAC.

«O tiro saiu-lhe pela culatra»

Nas condições em que se realizou, os resultados — pouco mais de 50 por cento de respostas afirmativas — são uma derrota aberta para o MEIC e uma vitória política para o movimento estudantil e para as concepções que se sobearam impôr à conciliação e à pactuação. Como o MES afirma — atrever-se a lutar é começar a vencer!

Na Assembleia Magna realizada imediatamente após a abertura da Academia, mais de 6000 estudantes (representando 50 por cento) de mostraram como o «referendo-burla» era uma burla de um referendo aprovando massivamente a



proposta da direcção-geral que propunha a manutenção da greve aos saneados. Esta posição seria aprovada ultrapassando quer o reformismo da UEC, quer o radicalismo dos grupos dos trotskistas, que, ainda, as oscilações permanentes da UEDP que depois de ter hesitado (no momento central da luta) na defesa da greve em Lisboa e Porto foi, agora, propôr a manutenção da greve geral... que desta vez os 200 votos lhes viram de lição...

A luta continua, pois, em Coimbra — contra a entrada dos saneados fascistas e é parte integrante da luta contra a reconstrução capitalista das escolas.

HOMENS DO LIXO DIZEM COMO É!

Nós, os homens do lixo, estamos em greve!
 — O nosso trabalho é duro e porco!
 — Ganhamos o ordenado de miséria de 6.400\$00 (5.900\$00 com descontos) para o actual custo de vida!
 — Em 75 a CML aprovou o ordenado de 7.800\$00 para nós, que nunca foi aplicado!
 — Agora, o MAI fez uma portaria onde voltamos a ser esquecidos, enquanto outros trabalhadores são aumentados!
 As promessas continuam, mas acções não as vemos! Estamos fartos! A greve é a última solução para nos defendermos!
 Dizem que não têm dinheiro. Mas que vemos? Dão 100.000 contos aos partidos da Assembleia. Gastam milhares de contos em festas e touradas. Enchem os bolsos a alguns construtores civis e outros parasitas.
 Mas para mil pessoas que trabalham na porcaria e limpam Lisboa, não há dinheiro.

POR ISTO NÓZ DIZEMOS QUE O RESPONSÁVEL É O GOVERNO QUE NÃO MEXE UMA PALHA PARA RESOLVER O PROBLEMA.
 Queremos deixar claro que o Governo e a CML nunca se preocuparam com as condições higiénicas do povo. Basta comparar os bairros populares ao Restelo ou Alvalade.
 A nossa luta é a mesma! Apelamos pois para a compreensão do povo, não espalhando o lixo pelas ruas, colocando-o em sacos de plástico, regando-o com creolina ou queimando-o em descampados ou pracas.
 ESTAMOS NO 5.º DIA DE GREVE. TEMOS RAZÃO, ESTAMOS UNIDOS E A GREVE CONTINUA A 100 POR CIENTO. VENCEREMOS!

Comissão de Luta dos Cantoneiros de Limpezá da CML